

- e) Organizar e actualizar o inventário do património do INFATEC, garantindo a sua guarda e conservação;
- f) Zelar e garantir a conservação do arquivo de documentação.

CAPÍTULO III

Pessoal

ARTIGO 9

Estatuto do pessoal

O pessoal do INFATEC rege-se pelo Estatuto Geral dos Funcionários do Estado.

CONSELHO DE MINISTROS**Resolução n.º 26/2006**

de 29 de Junho

Havendo necessidade de dar cumprimento às formalidades previstas no Acordo de Crédito celebrado entre o Governo da República de Moçambique e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) e, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 204 da Constituição da República, o Conselho de Ministros determina:

Único. É ratificado o Acordo de Crédito entre o Governo da República de Moçambique e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), no dia 30 de Março de 2006, em Maputo, no montante de SDR 20 800 000,00 (vinte milhões e oitocentos mil) direitos especiais saque, destinados ao financiamento do Projecto de Formação Técnica e Educação Vocacional.

Aprovada pelo Conselho de Ministros, aos 23 de Maio de 2006.

Publique-se.

A Primeira-Ministra, *Luísa Dias Diogo*.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Diploma Ministerial n.º 126/2006**

de 29 de Junho

O Ministério da Ciência e Tecnologia no intuito de desenvolver um sistema integrado de pesquisa, produção e de gestão do conhecimento em vários domínios tem criado Conselhos Científicos temáticos, visando a promoção, integração e diversificação dos temas de investigação, implementação e ampliação das linhas de pesquisa, com intuito de contribuir para o desenvolvimento sócio-económico sustentável, sendo o domínio da energia imprescindível para o desenvolvimento de Moçambique, ao abrigo do disposto no artigo 1 do Decreto Presidencial n.º 17/2005, de 31 de Março, o Ministro da Ciência e Tecnologia determina:

Artigo 1. É criado o Conselho Científico de Energia, adiante designado por CCE.

Art. 2. O CCE é um órgão consultivo e de assessoria ao Ministro que superintende o sector da ciência e tecnologia.

Art. 3. São funções do CCE:

- a) Elaborar uma visão estratégica sobre o desenvolvimento científico e tecnológico no domínio da energia, em todas as vertentes;
- b) Identificar áreas de investigação de grande importância científica e com maior impacto no desenvolvimento socio-económico sustentável e na redução da pobreza e promover projectos de investigação nestas áreas;
- c) Definir e implementar os processos de avaliação das propostas e o acompanhamento dos projectos de investigação com financiamento do MCT, que, científica, técnica e socialmente se revelem importantes, ouvidas as instituições interessadas;
- d) Propor ao Ministro da tutela a atribuição de fundos para os projectos seleccionados;
- e) Promover a divulgação e a disseminação dos resultados de investigação e a sua aplicação;
- f) Assegurar o interesse e a compreensão dos parceiros de cooperação e mobilizar recursos, públicos e privados, para as actividades do Conselho Científico de Energia;
- g) Elaborar o plano, o orçamento de funcionamento e o relatório anual de actividades que serão tornados públicos, depois de aprovados pela tutela;
- h) Aconselhar, a pedido da tutela ou por iniciativa própria, sobre assuntos estratégicos no domínio da energia;
- i) Coordenar as suas actividades com os demais intervenientes e consultar, no exercício das suas funções, as partes interessadas, garantindo assim a relevância das suas actividades e o seu suporte social;
- j) Emitir parecer sobre regulamentos e outros instrumentos integrantes do Quadro Regulador do Sector de Energia.

Art. 4. O CCE submeterá aprovação do Ministro que superintende o sector da ciência e tecnologia o seu regulamento de Funcionamento.

Art. 5. O CCE funciona no Ministério da Ciência e Tecnologia.

O Ministro da Ciência e Tecnologia, *Venâncio Simão Massingue*.

Diploma Ministerial n.º 127/2006

de 29 de Junho

O Diploma Ministerial n.º 127, de 29 de Junho de 2006, cria o Conselho Científico de Energia, havendo necessidade de regulamentar o seu funcionamento, no uso das competências previstas na alínea c) do n.º 3 do artigo 8 do Decreto n.º 4/81, de 10 de Junho, determino:

Único. É aprovado o Regulamento de Funcionamento do Conselho Científico de Energia, em anexo que faz parte integrante do presente Diploma Ministerial.

Ministério da Ciência e Tecnologia, em Maputo, 23 de Setembro de 2005. — O Ministro da Ciência e Tecnologia, *Venâncio Simão Massingue*.

Conselho Científico de Energia

Regulamento do Funcionamento

CAPÍTULO I

Natureza e atribuições

ARTIGO 1

Natureza

O Conselho Científico de Energia, abreviadamente designado por CCE, é o órgão consultivo do Ministério da Ciência e Tecnologia com o objectivo de promover a investigação e a inovação científica e tecnológica no domínio da energia no intuito de contribuir para o desenvolvimento sócio-económico sustentável.

ARTIGO 2

Atribuições

São atribuições do Conselho Científico de Energia:

- a) Elaborar uma visão estratégica sobre o desenvolvimento científico e tecnológico no domínio da energia, em todas as vertentes;
- b) Identificar áreas de investigação de grande importância científica e com maior impacto no desenvolvimento socio-económico sustentável e na redução da pobreza e promover projectos de investigação nestas áreas;
- c) Definir e implementar os processos de avaliação das propostas e o acompanhamento dos projectos de investigação com financiamento do Ministério da Ciência e Tecnologia, que científica, técnica e socialmente se revelem importantes, ouvidas as instituições interessadas;
- d) Propor ao Ministro da Ciência e Tecnologia a atribuição de fundos para os projectos seleccionados;
- e) Promover a divulgação e a disseminação dos resultados de investigação e a sua aplicação;
- f) Assegurar o interesse e a compreensão dos parceiros de cooperação e mobilizar recursos, públicos e privados, para as actividades do Conselho Científico de Energia;
- g) Elaborar o plano, o orçamento de funcionamento e o relatório anual de actividades que serão tornados públicos, depois de aprovados pela tutela;
- h) Aconselhar, a pedido da tutela ou por iniciativa própria, sobre assuntos estratégicos no domínio da energia;
- i) Coordenar as suas actividades com os demais intervenientes e consultar, no exercício das suas funções, as partes interessadas, garantindo assim a relevância das suas actividades e o seu suporte social;
- j) Emitir parecer sobre regulamentos e outros instrumentos integrantes do Quadro Regulador do Sector de Energia.

CAPÍTULO II

Estrutura Orgânica

SECÇÃO I

Composição e áreas de actividade

ARTIGO 3

Composição

1. O CCE é composto por 12 elementos efectivos designados pelo Ministro da Ciência e Tecnologia dentre profissionais seniores de reconhecida competência e representativos dos interesses presentes no domínio de energia.

2. O CCE é constituído pelos órgãos seguintes:

- a) O Presidente;
- b) O Plenário;
- c) O Secretariado;
- d) A Comissão de Trabalho.

3. O CCE em plenário poderá convidar a participar nos seus trabalhos, sem direito a voto, personalidades cuja presença seja considerada útil para o esclarecimento de ponto de agenda em apreciação.

SECÇÃO II

Presidente

ARTIGO 4

Presidente

1. O Conselho Científico de Energia é dirigido por um Presidente designado pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, dentre três nomes indicados pelos membros do CCE.

ARTIGO 5

Competência do Presidente

São competências do Presidente do Conselho Científico da Energia:

- a) Convocar, propor a agenda e presidir as reuniões do CCE;
- b) Ratificar as sínteses das reuniões do CCE;
- c) Propor a agenda da reunião do CCE com pelo menos duas semanas de antecedência, podendo cada membro por iniciativa própria apresentar propostas para temas;
- d) Dirigir e orientar todas as actividades do CCE, no sentido da integral execução dos seus objectivos;
- e) Pôr em prática as linhas de força definida pelo CCE;
- f) Garantir a assessoria e colaboração para elaboração de uma visão estratégica sobre o desenvolvimento científico e tecnológico em caso solicitado pelo MCT ou outras instituições públicas ou privadas;
- g) Assegurar a emissão de pareceres sobre os assuntos solicitados a este CCE;
- h) Reportar ao Ministro da Ciência e Tecnologia periodicamente o desenvolvimento das actividades do CCE;
- i) Planificar e controlar a execução de todos os trabalhos e estudos de investigação tecnológica sob alçada deste CCE;
- j) Propor superiormente medidas com vista à melhoria do funcionamento do CCE;
- k) Supervisar qualquer actividade inerente ao CCE;
- l) Elaborar e submeter à aprovação do Ministro, os relatórios anuais, planos e programas do CCE;
- m) Abrir toda a correspondência de carácter confidencial e secreto de acordo com as normas de segurança definida;
- n) Zelar pelo cumprimento do presente Regulamento, bem como das directivas emanadas do plenário ou de comissões eventuais.

SECÇÃO III

Secretariado do CCE

ARTIGO 6

Secretariado do CCE

1. O secretariado é dirigido pelo secretário executivo indicado pelo Presidente do CCE e uma secretária administrativa designada pelo MCT.

2. As competências do secretário executivo e da secretária administrativa constarão nos termos de referência respectivos.

ARTIGO 7

Competência do Secretariado

São competências do Secretariado:

- a) Organizar o arquivo de documentos, dados e informação relevante para o CCE;
- b) Organizar, processar e disseminar informação e dados sobre CCE;
- c) Assegurar a sistematização e harmonização dos relatórios de actividades dos diferentes órgãos do CCE;
- d) Garantir a circulação de documentação relevante ao CCE;
- e) Organizar o cadastro de entidades nacionais e estrangeiras ligadas as intervenções do CCE;
- f) Organizar uma base de dados sobre informações, dados ou estudos realizados sob orientação do CCE;
- g) Elaborar propostas sobre aquisição de revistas, livros e demais documentos relacionados com as questões de interesse do CCE;
- h) Garantir a execução pontual e eficiente do processo de redacção e arquivo do CCE;
- i) Secretariar e manter o registo actualizado das reuniões do CCE;
- j) Assegurar todo o processo de entrevista e comunicação do Presidente com o público ou com outras entidades;
- k) Preparar as reuniões do CCE;
- l) Realizar ou prestar apoio na realização de todas as demais tarefas técnico-administrativas para que for solicitado pelo Presidente ou por qualquer membro do CCE.

SECÇÃO IV

Plenário

ARTIGO 8

Plenário do CCE

1. O Plenário do CCE é um órgão consultivo que se pronuncia sobre questões fundamentais da actividade do CCE.

2. O Plenário do CCE é composto pelos membros do mesmo.

ARTIGO 9

Competência do Plenário do CCE

São competências do plenário do CCE:

- a) Pronunciar-se sobre quaisquer medidas de carácter geral que promovam a eficiência e desenvolvimento do sector da energia;
- b) Analisar e dar parecer sobre as actividades de preparação, execução e controlo do plano e programas de actividades do sector da energia que forem solicitados;
- c) Efectuar o balanço periódico das actividades de preparação, execução e controlo do plano;
- d) Promover a troca de informações e análise colectiva dos problemas do CCE;

e) Pronunciar-se sobre a elaboração de política e planos de desenvolvimento do sector de energia; e

f) Analisar e dar parecer sobre as questões fundamentais da actividade do sector de energia.

ARTIGO 10

Funcionamento do Plenário do CCE

1. O Plenário do CCE reúne-se ordinariamente quatro vezes por ano.

2. O CCE reúne-se extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, por iniciativa sua, ou quando solicitado por escrito por 1/3 dos membros.

3. As reuniões realizar-se-ão na sede do MCT ou excepcionalmente em qualquer outro local que for decidido pelo Presidente.

4. A convocatória deverá ser endereçada com a antecedência mínima de 15 dias e deverá constar:

- a) A hora e local;
- b) A agenda de trabalho;
- c) A documentação relevante.

ARTIGO 11

Deliberações

1. As deliberações do Plenário tomarão a forma de pareceres, recomendações ou decisões consoante se trate de deliberações sobre matérias sujeitas a apreciação superior ou de deliberações sobre todas as demais matérias.

2. O plenário só deverá deliberar em primeira convocatória quando estejam presentes pelo menos 2/3 dos membros ou tenham apresentado comentários e/ou contribuições sobre os pontos de discussão e/ou matérias objecto de parecer/decisão.

3. Não havendo coro constituído ou não tendo sido recebidos comentários e/ou contribuições dos membros em falta, o Presidente do CCE poderá decidir ou continuar com a reunião ou agendar nova reunião para daí a 15 dias, com qualquer que seja o número de membros presentes, sendo as recomendações do Plenário validamente tomadas quaisquer que sejam os membros presentes.

4. Os membros que, por razões pessoais e/ou profissionais, não possam estar presentes numa das sessões deverão:

- a) Informar o secretariado com uma antecedência mínima de sete dias úteis antes da respectiva reunião, salvo em casos de força maior;
- b) Apresentar por escrito os seus comentários e contributos sobre os pontos da agenda.

5. Não obstante as recomendações do Plenário serem adoptadas por unanimidade dos votos dos membros presentes, cada membro terá direito a um voto, não podendo abster-se de votar.

6. Os membros têm o direito de apresentar declarações escritas de voto de vencido que serão devidamente incluídas na síntese.

7. Em caso de empate, o Presidente do CCE terá o voto de qualidade.

SECÇÃO V

Duração do Mandato

ARTIGO 12

Duração do Mandato

1. O mandato dos membros do CCE tem duração de dois anos e pode ser renovado.

2. O mandato cessa, sem prejuízo do disposto no número anterior, por:

- a) Expiração do prazo;
- b) Renúncia ao cargo;
- c) Exoneração.

3. Para o efeito do disposto na anterior alínea c) os membros do CCE só poderão ser exonerados em caso de:

- a) Incapacidade permanente ou incompatibilidade superveniente do titular;
- b) Ausência injustificada em mais de duas reuniões consecutivas ou quatro reuniões intercaladas num período de um ano;
- c) Conduta ofensiva aos bons costumes, moral, ética profissional e legislação incompatível com o desempenho das suas tarefas na qualidade de membro.

4. Os membros podem pedir a suspensão temporária do seu mandato por um período máximo de seis meses.

SECÇÃO VI

Comissão de trabalho

ARTIGO 13

Comissão de trabalho

1. A comissão de trabalho é um órgão consultivo do CCE, com a seguinte constituição:

- a) Presidente;
- b) Membros.

2. Poderão fazer, ainda, parte da comissão de trabalho como convidados, outros académicos, investigadores e profissionais de reconhecido mérito, quando especialmente designados ou convidados para o efeito pela própria comissão.

ARTIGO 14

Competência da comissão de trabalho

São competências da comissão de trabalho, dar pareceres e pronunciar-se sobre:

- a) Quaisquer questões técnicas decorrentes do exercício das atribuições do CCE ou relacionadas com trabalhos do sector da energia;
- b) Realização, apresentação e publicação de trabalhos técnico-científicos do sector;
- c) A oportunidade e conveniência de adoptar novas técnicas e processos de trabalho;
- d) Incentivo e desenvolvimento de iniciativas de treino, formação e actualização técnica individuais e colectivas.

SECÇÃO VII

Substituição de Membros

ARTIGO 15

Substituição de membros

Qualquer membro do CCE poderá ser substituído desde que cesse o seu mandato nos termos seguintes.

- a) O membro substituído provirá do órgão ou serviço de proveniência do membro substituído, sem prejuízo das actividades anteriormente desenvolvidas;
- b) O mandato do novo membro cessa na data em que normalmente terminaria o do membro substituído.

CAPÍTULO III

Mecanismos de Relatório e Financiamento

SECÇÃO VIII

Relatório

ARTIGO 16

Sínteses e Pareceres

1. Em cada reunião será lavrada uma acta onde constará:

- a) Os membros presentes;
- b) Os membros ausentes;
- c) Agenda da reunião;
- d) Sumário das discussões.

2. A acta deverá ser elaborada e distribuída aos membros num período de 3 dias após a reunião para comentário e contribuições.

3. Após incorporados os comentários e as contribuições a acta será lida em plenário para aprovação dos membros do CCE.

4. As actas constarão de um livro próprio a arquivar pelo MCT.

SECÇÃO IX

Financiamento

ARTIGO 17

Fontes de financiamento

Para o desenvolvimento das suas actividades, o CCE e os seus órgãos tem como apoio para realização das suas actividades de um conjunto de recursos, designadamente:

- a) Espaço para reuniões, equipamento informático e todo o material de utilização e consumo necessário concedidos pelo MCT;
- b) Dotação, subsídios e outras formas de financiamento, atribuídos em resultado de concursos públicos, de âmbito nacional ou internacional, por via da angariação de patrocínios e apoios institucionais a projectos de investigação ou divulgação e, ainda, em remuneração por serviços prestados no âmbito de consultoria científica ou tecnológica.
- c) Dotações orçamentais atribuídas pelo Ministério de Ciência e Tecnologia

CAPÍTULO IV

SECÇÃO X

Disposições gerais e transitórias

ARTIGO 18

Revisão e alteração do regulamento de funcionamento

1. O presente Regulamento de funcionamento será sujeito a revisão, no seu todo ou em parte, sob proposta do Presidente do CCE ou por qualquer dos membros do Plenário.

2. Para o Plenário poder propor a revisão ou a alteração deste regulamento de Funcionamento, a respectiva deliberação deverá ter sido votada favoravelmente por uma maioria qualificada de 2/3 dos seus membros e homologadas pelo Presidente.

ARTIGO 19

Comissões eventuais

O plenário poderá:

1. Para o desempenho de tarefas específicas criar comissões eventuais cujas funções serão pelas mesmas definidas.

2. A composição destas comissões bem como da sua duração e normas de funcionamento serão estabelecidas, caso a caso, no acto da sua criação.

ARTIGO 20

Casos Omissos

Relativamente aos casos omissos neste Regulamento de Funcionamento cabe ao Presidente esclarecê-los.

ARTIGO 21

Entrada em vigor

O presente Regulamento de Funcionamento entra em vigor após sua publicação

Maputo, 23 de Dezembro de 2005